

Fernando Molica

Motociclitas e o pagamento do SUS

É compreensível que profissionais ligados a aplicativos rejeitem o Estado, suas regulamentações, limitações e taxas; o problema é que esse progressivo abandono gera um paradoxo, compromete aposentadorias e o atendimento médico a vítimas de acidentes de trânsito, como motociclistas.

Segundo a Secretaria de Saúde do Rio, casos que envolvem motocicletas são responsáveis por 68% dos atendimentos relacionados ao trânsito em hospitais municipais. Os acidentes com esse tipo de veículo geram 40% dos pacientes de cirurgias ortopédicas.

Apesar de seus problemas, as redes oficiais de educação e saúde atendem à grande maioria da população: 80% dos estudantes do Ensino Fundamental estão matriculados em escolas públicas; 75% dos brasileiros dependem exclusivamente da assistência médica prestada pelo SUS. A Previdência Social garante a renda de milhões de brasileiros.

Todos temos o direito de buscar uma vida melhor, e, ao longo dos séculos, a realidade brasileira tem tratado de desmentir aquela história da mãe gentil — ela está mais para uma senhora egoísta, racista,

excludente e com indisfarçável preferência por um pequeno grupo de filhos.

Por mais que tenha havido avanços nas últimas décadas, o país continua a colocar muitas barreiras no caminho dos mais pobres que buscam uma ascensão; a resistência à implantação de uma escala mais humana de trabalho demonstra isso.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o cientista político Felipe Nunes, sócio-fundador da Quaest, fala da decepção de muitos jovens pobres com as perspectivas oferecidas pelo mercado formal de trabalho e da esperança que depositam no que classificam de empreendedorismo, mesmo que assentado sobre duas precárias e perigosas rodas.

São filhos das classes D e E que, segundo ele, veem na regulação do trabalho nas plataformas uma ameaça, não uma proteção. São pessoas que querem mais do que a redução de jornada de trabalho, não querem passar a vida atrás de um balcão.

Como frisa Nunes, o PT ainda não encontrou um jeito de falar com esses trabalhadores, continua preso à lógica da CLT, um avanço

que, para muita gente, virou sinônimo de limitação e de conformismo.

Não é um diálogo simples, não se pode negar o direito de cada um cuidar do próprio nariz com base em suas experiências de vida e nas histórias familiares. Mesmo que, para isso, o sujeito tenha que arriscar sua vida, pagar moto e combustível e ralar ao longo de horas intermináveis.

Os muitos exemplos de pilantragem explícita vindos de uma elite voraz, insensível e insaciável não ajudam. A privatização de recursos do Estado pelos de sempre e a riqueza ostentada por muitos privilegiados estimulam busca de saídas menos ortodoxas para o trabalho — algo na linha do “Se eles podem, por que eu não?”.

O grande desafio, não do PT, mas de qualquer setor minimamente responsável, é o de estimular conversas mais honestas, que indiquem alternativas que combinem expectativas e realidades e, principalmente, não estimulem o desmonte de uma estrutura estatal que precisa ser melhorada, e não destruída. Até porque a aniquilação do Estado é projeto principalmente daqueles que sugam seus recursos e dispensam seus serviços.

Tales Faria

Polarização para presidente não deve resultar em vitória no 1º Turno

A pesquisa Genial/Quaest sobre a eleição presidencial em dez estados brasileiros, que foi divulgada nesta quarta-feira, 6, revelou uma certa estabilização do quadro de polarização entre os dois primeiros colocados na intenção de votos dos eleitores — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL).

Na série histórica apresentada, o quadro de polarização da pesquisa atual comparado ao do 2º turno de 2022 mostrou que Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Goiás, Ceará e Bahia tiveram resultados semelhantes, com diferenças de cerca de um ponto a três pontos percentuais na grande maioria dos casos. Em Pernambuco houve uma diferença de quatro pontos pró-Lula e, no Rio Grande do Sul, nove pontos percentuais pró-Flávio Bolsonaro.

Esses dados são semelhantes nos levantamentos de todos os institutos. Fazem com que cabos eleitorais de peso dos dois lados, e até alguns analistas políticos, acreditem que a polarização cristalizada levará parte do eleitorado a escolher, na véspera da votação, um dos dois primeiros colocados,

o que aumentaria a possibilidade de a eleição acabar definida em um turno.

Raciocinam assim: Já que o eleitorado está praticamente dividido meio a meio, basta que um dos dois candidatos ultrapassasse um pouco mais da metade dos votos válidos no 1º turno e teremos a vitória antecipada.

Não é um raciocínio a princípio errado. Mas, nessas horas, vale a pena consultar um especialista. A coluna foi atrás do cientista político Felipe Nunes, sócio fundador do próprio instituto Quaest, que realizou o levantamento nos estados entre os dias 21 e 28 de abril.

Felipe Nunes disse que, diferentemente do que possa parecer, no quadro atual (afinal, pesquisas de opinião são apenas um retrato do momento) “são pequenas as chances” de a eleição presidencial no Brasil terminar no 1º turno.

Por quê? Ele explica:

“Principalmente por dois motivos: a) só o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu em 1º turno; b) O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) ainda vai crescer, o ex-governador de Minas Gerais

Romeu Zema (Novo) tem espaço para crescer e o pré-candidato do partido Missão, Renan Santos, tem crescido. Sem contar os outros nomes que acabam levando votos. Tudo isso somado, não deve deixar que um dos dois tenha mais de 50%.”

A coluna concluiu, então, que os que estão na ponta — Lula e Flávio Bolsonaro — devem abandonar a esperança de que a polarização os faça vencer em 1º turno. E devem cuidar para não serem ultrapassados pelos retardatários.

“Não é bem isso”, disse Felipe Nunes, argumentando: “Só não acho que estejamos em um cenário de ultrapassagem. Não considero provável que um dos dois da ponta tenha mais de 50% com tantos nomes apresentados e em disputa.”

E esse quadro não pode mudar? Segundo ele, não é o que aparentam as pesquisas:

“Para que haja uma mudança do cenário atual de polarização, o eleitor de um dos polos teria que desertar de sua atual opção de voto para escolher outro nome. Por enquanto, não há sinais nas pesquisas de que isso esteja acontecendo. Pode acontecer, claro, mas não é provável no cenário de hoje.”

Victor Corrêa*

Não existe competição de dor

“Agora você vê: uma pessoa com depressão indo fazer o cabelo?”

Ouvi isso de um parente próximo, no último fim de semana, sobre outra pessoa da família. Respondi que ela não só podia como deveria. Cuidar de si, da própria aparência, pode ser um bom sinal para quem enfrenta um transtorno mental.

Não é a primeira vez, e não será a última, que escrevo sobre depressão. É um tema que insiste em voltar, não apenas pela dimensão do problema, mas pela forma como ainda lidamos com a doença.

Existe uma expectativa silenciosa de como o sofrimento deve se apresentar. Espera-se que ele seja visível, reconhecível, quase maltrapilho, quase didático. Como se a dor precisasse de comprovação para ser levada a sério.

A depressão raramente se encaixa nisso. Ela pode afundar uma pessoa aos poucos, por dentro, sem produzir uma cena compreensível para os outros. Em muitos casos, levantar da cama já é um esforço enorme. Dormir, às vezes, parece a única forma de anestesiá-la o que se sente.

Ainda assim, seguimos desconfiando.

Desconfiamos de quem sai de casa. De quem se arruma. De quem trabalha. De quem sorri em uma foto. Desconfiamos também de quem não consegue levantar, de quem falta, de quem apresenta um atestado, de quem precisa dizer que não deu conta.

A depressão é julgada tanto quando aparece como quando se esconde.

No Brasil, a gravidade aparece nos números e também no cotidiano. O país registra a maior prevalência da doença na América Latina. Entre os afastamentos do trabalho por transtornos mentais, as mulheres são maioria. Elas acumulam jornadas, cobranças, cuidado com os outros e, muitas vezes, pouca permissão para desabar.

Nos homens, o sofrimento costuma vir mais escondido, menos nomeado e pouco tratado. Muitos relutam em pedir ajuda, como se reconhecer a própria dor fosse uma forma de fraqueza.

O sofrimento mental não cabe em uma única explicação. Há quem trabalhe deprimido. Há quem pare de trabalhar. Há quem consiga fazer o cabelo e, no dia seguinte, não consiga sair da cama. Há quem pareça bem justamente porque aprendeu a disfarçar.

Ninguém deveria se sentir acuado por apresentar um atestado por depressão no trabalho. Nem precisar justificar um dia em que o sono foi o único alívio possível.

O país começou apenas agora a fazer uma pesquisa nacional específica sobre saúde mental, com entrevistas domiciliares para mapear transtornos, acesso aos serviços e barreiras ao cuidado. É uma iniciativa importante, mas também revela o atraso. A saúde mental nunca ocupou o lugar que merecia na agenda pública. É uma ausência histórica. O poder público costuma atuar depois, quando os números já são impossíveis de ignorar.

Por isso a pergunta ouvida no fim de semana me incomodou tanto. Ela não fala apenas de uma pessoa com depressão indo fazer o cabelo. Fala da nossa dificuldade de aceitar que, para algumas pessoas, seguir a vida já exige um esforço enorme.

Na vida, não existe competição de dor. O sofrimento do outro não precisa parecer com o nosso para ser legítimo.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**